



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

FLORIANÓPOLIS, SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2000

*Meus caros amigos; Governador Espiridião Amin; minha querida Prefeita Ângela Amin; Nelson Rolim e tantos amigos e amigas que eu vejo por aqui; Intelectuais; Ministros,*

Realmente, é muito agradável – o Governador Amin mencionou que é emocionante para ele, imagine para mim – ver a reedição de um trabalho que escrevi quando tinha menos de trinta anos. Quando fazia pesquisa aqui, eu devia ter 26 anos, algo assim. Vinte e seis, 27 anos, por aí. Não me lembro exatamente os anos, 56, 57. Portanto, eu tinha 25, 26 anos.

E a razão pela qual estudei a questão dos negros aqui, em Santa Catarina, é um pouco mais vasta. Eu era assistente do Professor Roger Bastide, que é um francês que morou por dezesseis anos no Brasil e que escreveu obras muito importantes. Depois, ele foi Professor na Sorbonne, quando saiu daqui. E escreveu obras muito importantes, sobretudo sobre religiões africanas no Brasil.

Assistente do Professor Roger Bastide era, também, o Professor Florestan Fernandes. Na época, esses dois faziam um estudo grande sobre a

questão do negro no Brasil, patrocinado pela Unesco. Os que têm algum conhecimento da matéria, sabem que o Claude Lévy-Strauss trabalhou um tempo para a Unesco e escreveu um famoso capítulo sobre racismo e a Unesco se interessou muito por discutir as questões de raça.

Bom, eu era estudante e, depois, fui assistente do Roger Bastide e, mais tarde, do Florestan. Fizemos um estudo grande sobre São Paulo. Esse estudo produziu algumas obras importantes, principalmente do Florestan Fernandes, que tem alguns livros extremamente marcantes sobre a análise da questão do negro, da Abolição, da iniciação do negro, da ascensão social, da exploração de classe, essa coisa toda.

Foi a partir daí que houve a decisão de que nós iríamos estudar o Sul do Brasil. Eu não fiz sozinho. Éramos três assistentes que trabalhávamos nessa matéria, um se chama Otávio Ianni, hoje é Professor Emérito na USP, na Unicamp. O outro chama-se Renato Jardim Moreira. Naquela época, ele era casado com uma moça chamada Maria Sílvia de Carvalho Franco, que tem um livro também muito importante sobre os homens livres da sociedade escravocrata. E a minha mulher, a Ruth. Elas duas vinham às vezes aqui.

Nós estudamos Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na época, não houve favela que não tenha percorrido, em que não tenha entrado nas casas, em que não tenha tomado um café. No Paraná, havia poucas. Aqui havia algumas. No Sul também. Aqui, em São José, do outro lado, havia um culto de candomblé, que era muito interessante.

O Bastide era muito estudioso dessa matéria. Aprendemos alguma coisa, obviamente. E havia um trabalho muito importante no Rio Grande do Sul. Tinha um antropólogo chamado Herschwitz, que tem um estudo sobre o candomblé no Rio Grande do Sul. Porque o candomblé, no Rio Grande do Sul, apresentava características mais próximas do candomblé na África do que o da Bahia, ou seja, o sincretismo era menor no Rio Grande do Sul. Aqui, era um misto de candomblé com umbanda. Não vou entrar em detalhes religiosos, até porque talvez já tenha me esquecido de algumas das particularidades do assunto, das diferenças, etc.

O Bastide estava interessado em entender a mentalidade religiosa. Ele era protestante na França, de formação protestante, cristão, portanto. E estava interessado em entender alguns princípios da lógica. Na proposta dele, na cosmogonia e na lógica da religião do candomblé, que é dos iorubás, não haveria o princípio da contradição. As coisas podem ser e não ser, ao mesmo tempo. Tem o Exu e tem os vários deuses, são e não são o bem e o mal, coexistem e não têm, como na dialética hegeliana ou marxista, o princípio da superação. Não há. As coisas podem coexistir.

E ele tem uma porção de estudos muito interessantes, uma coisa que ele chama de *principe de coupure*, que é uma outra tecnicidade. E nós estávamos interessados nessas questões abstratas, da formação da mentalidade e da lógica inerente a esse tipo de religião. Mas, por influência do Florestan, principalmente, nós estávamos, também, interessados na questão da exploração social. As populações negras, as populações as mais pobres. Na época, então, nem se fala. Estavam em condições de maior privação.

E o Gilberto Freyre tinha feito, como todo mundo sabe, a grande obra dele, *Casa Grande e Senzala*, baseada num escravo chamado do eito, quer dizer, um escravo que trabalhava na lavoura. Eram muito numerosos. E o Gilberto Freyre fez aquela distinção entre o escravo da lavoura e o escravo doméstico. Toda a concepção que ele criou, inclusive as visões que teve do Brasil patriarcal, foram muito mais inspiradas no escravo doméstico, de alguma maneira, obscurecendo a dureza da vida do escravo da lavoura, pondo ênfase nos lados, digamos assim, menos cruéis da relação de escravidão.

Na época, havia o que depois se chamou de o mito da inexistência do preconceito racial. Esse grupo de Florestan, Roger Bastide e nós, estava mostrando que havia o preconceito. Então, aqui, neste livro, está apenas a parte histórica. Mas, além de termos feito a parte histórica, nos arquivos, etc., percorremos também, fizemos talvez o primeiro *survey*, a primeira pesquisa feita com métodos quantitativos nessa área no Brasil. Fizemos no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Isso, hoje, está em um arquivo, em uma universidade

americana, porque, infelizmente, aqui, as condições de guardar dados, naquela época, eram bastante precárias. Não vou me alongar muito em falar como era a vida de pesquisador na época. Era muito diferente e mais precária do que é hoje. Aplicamos questionários nos colégios, aqui, de Santa Catarina também, vários, milhares, para fazer a análise das relações raciais.

E a razão pela qual eu tinha interesse aqui, no Sul, um interesse mais abstrato, é que a escravidão no Sul, como eu disse, não era na grande lavoura. Aqui, havia a pesca da baleia, sobretudo. Havia o serviço doméstico também e havia um pouco de cana. No Rio Grande do Sul, basicamente, era o charque, era a charqueada. E a charqueada é uma manufatura. Não era o escravo no campo. Era o escravo na manufatura. Em Santa Catarina, no Uruguai e na Argentina, havia o que eles chamavam de os “saladeros”, onde havia, então, o trabalhador capitalista, o trabalhador que recebia por dia.

O nosso estudo, a nossa questão teórica mais geral é a seguinte: até que ponto é possível manter a escravidão num regime que é capitalista – porque o nosso era um capitalismo comercial, porque exportávamos, o charque do Rio Grande do Sul ia para Cuba, basicamente, era uma atividade exportadora – quando havia competição com o trabalho livre. E os que sabem algo de teoria marxista sabe que Marx fala em capital fixo e capital variável. E o trabalhador é um capital variável. Você paga pelo tempo que ele trabalha. Só o escravo é fixo. Ele tem custos fixos. É como se fosse uma máquina. Então, os conceitos marxistas não são aplicáveis em uma estrutura de produção capitalista com escravidão. Essa é a beleza da história. Tinha que criar conceitos novos, para tentar entender qual era essa dinâmica. Naquela época, eu era bastante mais pedante do que ainda sou. Então, não tanto neste livro, mas o outro livro, sobre o Rio Grande do Sul, é extremamente cheio de citações, sofisticado, tem discussões teóricas muito abstratas, porque tem a discussão do método, etc.

Bom, isso era um lado. Por isso, o Sul era importante, porque, aqui, o escravo trabalhou em condições diferentes do resto do Brasil. Que efeitos isso teria tido sobre a mobilidade social? A Professora

Antonieta Barros, o Cruz de Souza são exemplo de mobilidade social. No Rio Grande do Sul, também há vários exemplos de mobilidade social. A integração do negro no Sul à sociedade, depois da Abolição, foi mais fácil do que em outras regiões, porque eles já tinham “profissões”, mais ou menos urbanas e mais ou menos de artífices, capazes de ser integrados na economia não-escravista.

No Sul, nós descobrimos, lá na biblioteca de Pelotas, uma coleção muito importante, que não está neste, mas está no meu outro livro, sobre capitalismo e escravidão no Brasil meridional, em que os negros, escravos e livres tinham um jornal, chamado *Floresta Aurora*. Até hoje, no Rio Grande do Sul, existe um clube chamado Floresta Aurora, que era de negros. E se via que, no século XIX, durante a escravidão, já havia negros fazendo jornal. Isso era impensável no Rio de Janeiro, em Minas ou em Recife, nas mesmas proporções daqui. Então, a mobilidade social foi mais rápida, provavelmente, aqui, do que nas outras áreas do Brasil, por causa da forma pela qual o negro trabalhava a inserção dele na sociedade.

Aqui, neste livrinho, que nunca mais reli – portanto, não o leio há quarenta anos, nem posso afixar o grau de exatidão dele – mas o que se trata de descrever é, historicamente, como se constitui essa sociedade. E a segunda parte – eu publiquei um trabalho sobre a parte do presente também, em uma revista que havia em São Paulo chamada *Anhembi* – foi publicada nos Estados Unidos também, em uma coleção lá, para estudar exatamente esse tipo de estrutura que está descrita aqui, que efeitos tem na mobilidade social. E, depois, que efeitos tem na convivência entre as raças. E insistimos sobre a questão do racismo e tal.

Já falei demais, porque, às vezes, gosto de voltar à Academia. Mas uma coisa curiosa é que, nos esportes onde há água, o preconceito é maior – era. Não sei hoje. Piscina, esporte náutico. No Sul, eles criaram um clube chamado Marcílio Dias, de negros, que era para permitir que eles remassem, porque não se aceitavam negros nos clubes de brancos, quando havia remo. Tampouco, onde havia piscina. Não sei a explicação. Deve ser coisa psicanalística que está envolvida nisso

aí. Mas esse era o Brasil que encontramos: cheio de preconceitos. Então, nós descrevíamos – não neste livro, porque não foi sobre isso, mas mais adiante – essa situação. E isso tem, hoje, modernidade.

Ainda ontem, o Governador Amin mencionou o fato de que está aqui o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, que vai estar conosco daqui a pouco. Fiz uma pequena falação, lá no Planalto, sobre essa questão de raça e tal, mostrando a importância de nós, brasileiros, tomarmos consciência dessas questões e lutarmos contra o racismo. Repeti lá o que ele pediu que repetisse aqui, o que faço sempre. Quando começam a discutir muito, mostro a minha cor – tem vários aqui que podem fazer a mesma coisa. Isso aqui é branco? É duvidoso que seja. Agora, que tem a moda de ver pelo DNA, vê-se que a imensa maioria dos brasileiros tem sangue indígena.

Nós somos muito mestiços. Costumo dizer: o importante, aqui, não é só, às vezes, dizer que temos muitas raças. Temos preconceito, sim. Mas há um certo gosto pelo mestiço também. Em outros países, há outras situações, há até países que avançaram democraticamente muito, mas avançou cada um do seu lado. Aqui, houve mais mistura. Não estou dizendo que seja bom ou que seja ruim. Acho bom. Mas o fato é que isso altera também o tipo de preconceito, o modo como se faz o preconceito. Às vezes, até acentua, porque as pessoas querem fingir que não têm mistura. Mas têm – alguns, nem todos.

Enfim, de qualquer maneira, essas questões, hoje, têm modernidade, porque temos, na democracia, que lutar mais pela igualdade, portanto, pela mobilidade social, pela educação. Nunca me esquecerei de que, nas muitas favelas pelas quais andei, as famílias negras viviam sempre nas áreas mais pobres. O setor mais miserável da favela era onde estavam as famílias negras. Portanto, dizer que é só uma questão de classe não é certo. É verdade que tem uma questão de classes, de ter dinheiro, não ter dinheiro; ter educação, não ter educação. Mas, além disso, há um problema também que é de raça. Como, aqui, os negros vieram da escravidão, foram excluídos. Então, a inclusão dos negros foi toda uma batalha que se deu através da reorganização

das famílias e, geralmente, via mulher negra, que era quem encontrava trabalho como doméstica e organizava a família ao redor dela.

Então, toda essa história tem que ser resgatada, porque isso é parte da nossa história, é parte da nossa cultura. E, para sermos, realmente, o País democrático que queremos ser, temos que enfrentar esses temas.

Então, me perdoem por ter falado um pouco demais. Mas eu queria, ao terminar, agradecer muito. Queria agradecer a coragem do editor em voltar a publicar esse livro, depois de tantos anos. Portanto, agradecer a palavra de todos eles que aqui falaram, com muita simpatia. E, depois, dizer que é para mim muito gratificante, realmente, que eu tenha feito isso aqui, na ilha de Santa Catarina, o que mostra, portanto, que minha ligação com esta ilha é bastante antiga, como é também com toda a região do Sul do Brasil.

E cada vez que venho aqui, só fico preocupado quando começam a dizer: “Foi há quarenta anos, há cinquenta anos, não, quantos anos foram?” Mas, na verdade, para mim, isso me faz remoeçar. E, hoje, me sinto mais moço, por ter podido voltar a esses temas que me são tão caros.

Muito obrigado.